



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº 014/2025

Processo SIPE nº 144363/2025

Objetivo:

Contratação de empresa para prestação de serviço DE TRANSPORTE ESCOLAR COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA (MOTORISTA E MONITOR), para Secretaria Municipal de Educação.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Educação

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Valdenize Vinotti	Supervisora do Transporte Escolar	1678006	transporte@edu.itajai.sc.gov.br
Juliana Beppler	Assessora I	2699901	Juliana.beppler@edu.itajai.sc.gov.br
Junior Rodrigues de Souza	Assessor I	2062112	transporte@edu.itajai.sc.gov.br
Grazielle Karen Vieira Nunes	Diretora de Assistência ao Educando	1360820	dae@edu.itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O transporte escolar é um instrumento de democratização de oportunidades educacionais pela garantia de acesso e permanência dos alunos residentes em áreas urbanas e rurais desprovidas de escolas. O acesso à escola e, principalmente, a oportunidade de atingir um grau maior de escolaridade, fatores essenciais para o acesso ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento da sociedade, exige um nível crescente de qualificação e depende diretamente do transporte escolar.

A Constituição Federal assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Em seu art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ...VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básicas, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte...”;

A Lei n. 9.394/96 – LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar mediante, a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo:

“Art.10. Os Estados incumbir-se-ão de: VII – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei n. 10.709 de 31/07/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

....

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei n. 10.709 de 31/07/2003).”

Ocorre que o aumento da demanda continua crescente e de forma substancial e o quantitativo previstos nos contratos existentes, bem como o saldo orçamentário é insuficiente para atender os alunos que utilizam o transporte escolar.

Mesmo com os remanejamentos realizados, devido ao aumento contínuo da população do município e consequentemente de estudantes matriculados na rede, o número de linhas existentes não está sendo suficientes para transportar todos os alunos sentados e com a devida segurança.

Inclusive, há relatos de alunos que não tem conseguido frequentar a escola pois ao chegar em seu ponto o ônibus já está com a lotação completa, sem falar em ônibus transportando acima da capacidade, o que além de ferir a legislação é preocupante para a segurança dos estudantes.

Ainda, as inúmeras denúncias realizadas e oficializações apresentadas pelas diretorias escolares, conforme pode ser verificado nos documentos anexos.

Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração considerando que a interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Pelas características, pode ainda ser classificado como de natureza comum.

Ademais, o Município de Itajaí, através do Mandado de Segurança nº 310074352099, impetrado pela empresa Melissa Transportes e Turismo Ltda, face o processo de licitação Pregão Eletrônico nº 105/2024, foi notificado a realizar o CANCELAMENTO do respectivo contrato, conforme decisão abaixo:

“para anular o Pregão Eletrônico n.º 105/2024 e determinar que as Autoridades Impetradas e a pessoa jurídica interessada, o Município de Itajaí, promovam a regularização administrativa (i) **sem descontinuar o serviço público prestado** e (ii) num prazo máximo de 90 (noventa) dias, nos termos da fundamentação. Fixo, seja para o caso de descontinuidade do serviço de transporte público escolar, seja para a falta de regularização administrativa, a multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”**[GRIFO NOSSO]**

Sendo assim há a necessidade urgente de solucionar o problema apresentado e sanar a demanda do transporte dos estudantes de suas residências até as unidades escolares, não permitindo a descontinuação do serviço público.

Por isso, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, se vê necessária a contratação de serviço de transporte escolar com motoristas, monitores de transporte escolar e veículos/frota apropriados e sob responsabilidade da empresa contratada, possibilitando a locomoção diária dos alunos das imediações de suas residências até as Unidades Escolares, visando garantir a eles o acesso e a permanência nas escolas, evitando dessa forma a evasão escolar, bem como a segurança de todos os alunos que necessitam utilizar o transporte escolar.

Ainda, a Secretária de Educação enfrenta diversos problemas decorrentes da locomoção dos servidores (professores e agentes), visto que o horário do transporte público não coincidem com os horários de funcionamento das escolas prejudicando a assiduidade dos colaboradores.

Dessa forma, se faz necessário a contratação de meio de locomoção para atendimento a esta demanda específica.

O serviço de transporte deverá estar disponível de segunda a sexta-feira, até o último dia do ano letivo.

O transporte escolar terceirizado percorrerá em torno de 9.795 km diariamente com a necessidade de pelo menos 85 veículos e 85 monitores escolares para atender aos alunos da rede pública e para atendimento aos colaboradores 03 veículos com motorista.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual conforme Lei Orçamentária Anual. Com isso, foi alocado um orçamento destinado à necessidade. A presente previsão orçamentária visa proporcionar os recursos necessários para a execução e desenvolvimento das atividades. No entanto, ressalta-se que a referida contratação está em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, através da dotação conforme ofício expedido pelo setor de contabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Pregão Eletrônico 248/2022 – Contrato 317/2022

Pregão Eletrônico 248/2022 – Contrato 325/2022

Pregão Eletrônico 105/2024 – ARP 118/2024

Pregão Eletrônico 382/2022 - Contrato 016/2023

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A Contratada, os veículos e os condutores deverão obedecer integralmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro, DETRAN, e suas alterações, e das Resoluções do CETRAN, CONTRAN e CONATRAN e demais normas vigentes.

Em relação à qualificação técnica a ser atendida pelo licitante, será exigido o atestado de capacidade técnica (experiência) com escolar.

Poderá ser solicitado à contratada durante a execução do contrato, apresentação de pelo menos um veículo reserva nas mesmas características do Termo de Referência.

A licitante deverá comprovar que dispõe do veículo que será utilizado inicialmente em até 05 (cinco) dias posterior a assinatura do contrato, devendo apresentar os documentos solicitados em relação à empresa e ao veículo, o veículo poderá ser próprio, alugado ou alienado.

Em relação à capacidade de passageiros exige-se que os veículos sejam: Ônibus e tenham a capacidade mínima de 38 passageiros para atender aos alunos da rota licitada.

Com relação à idade dos veículos, o mesmo não pode ter mais de 10 anos, de acordo com o recomendado pelo Conselho Deliberativo do MEC/FNDE, bem como pelo TCE no processo @LEV 23/80047400.

O veículo deve possuir:

- ☐ Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.
- ☐ Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.
- ☐ Seguro contra acidentes.



- ☐ Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel.
- ☐ Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao Detran por ocasião da vistoria especial.
- ☐ Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

Relação dos documentos a serem apresentados na contratação, em relação aos veículos que serão utilizados e no decorrer da execução do contrato, sempre que solicitado pela Administração, referente à empresa e aos veículos:

- a) Termo de Autorização (vistoria) do DETRAN/SC do veículo;
- b) CRVL do veículo que será utilizado na execução do serviço, que comprove os requisitos em relação às suas características em relação à capacidade de passageiros solicitada;
- c) Seguro de responsabilidade civil de terceiros, com cobertura para danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, responsabilidade civil para danos morais a passageiros e acidente com os tripulantes, etc., com apólices quitadas ou renovadas durante a vigência do contrato e suas prorrogações.
- d) Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro, vencer o seguro efetuado ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa contratada arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse.
- e) O seguro de passageiro, caso haja sinistro, deve contemplar as seguintes situações:
 - Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros;
 - Responsabilidade civil para danos morais a passageiros;
 - Acidente com os tripulantes.

No Código de Trânsito Brasileiro, Cap. XIII - DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES, o art. 136 estabelece que os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto que, em relação à apresentação, os veículos devem possuir:

- a) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- b) Cintos de segurança em boas condições e para todos os alunos, de acordo com a legislação;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade de tempo (cronotacógrafo);
- d) Apresentação diferenciada, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, conforme legislação;
- e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- f) Extintor de incêndio do tipo ABC ou outro regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;



- g) Limitadores de abertura dos vidros corrediços de no máximo dez centímetros;
- h) Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
- i) Utilização obrigatória de equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares;
- j) Recomendam-se dispositivos de monitoramento que permitam a observação das atividades no interior do veículo e da via em que o veículo estiver sendo conduzido, conforme legislação;
- k) Pneus em boas condições de uso (dentro dos padrões estabelecidos por lei);
- l) Portas e janelas em perfeito estado de funcionamento, e,
- m) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/SC.

Os veículos devem ainda:

- a) Ter capacidade de transitar em estradas pavimentadas e não pavimentadas (de chão);
- b) Encontrar-se em perfeito estado de conservação, estar sempre limpo, não ter assentos rasgados, cabendo à fiscalização julgar todas as condições para a prestação dos serviços;
- c) Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- d) Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA no 18, de 06/05/1986, e legislação correlata, e,
- e) Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM no 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.

Em relação aos condutores, a Contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- A. Ter idade superior a 21 anos;
- B. Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- C. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte de alunos;
- D. Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- E. Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 meses;
- F. Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, renovável a cada 5 anos, conforme exigência prevista no art. 329 do CTB;
- G. Estar devidamente identificado, asseado e com aparência adequada, e,
- H. Portar meio de comunicação e/ou telefone celular, cujos números deverão ser entregues aos responsáveis pelos alunos bem como ao Gestor/Fiscal do Contratante. Seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V, do Código Nacional de Trânsito.

Em relação aos monitores de transporte escolar a empresa deverá exigir que seus contratados:

- A. Apresentem-se devidamente identificados com crachá e uniforme contendo o dístico Monitor e com aparência pessoal adequada;
- B. Prestar esclarecimento, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

C. Contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar ou com o gerente de transporte escolar, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

D. Verificar se o veículo de transporte está executando rigorosamente os percursos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

E. Conferir se os estudantes estão devidamente identificados por meio da carteira fornecida pelas Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação.

F. Substituir o monitor escolar no caso de falta, e mediante ao não cumprimento das demandas acima descritas.

É obrigação da contratada observar a legislação trabalhista, previdenciária, assistenciais, sindicais e sanitárias vigentes, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer tipo de vínculo ou solidariedade empregatícia com a Contratante;

Disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança, sempre que forem considerados indispensáveis, em quantidades adequadas ao número de pessoas empregadas.

Considerando que o serviço de transporte escolar é destinado ao deslocamento diário de estudantes entre suas residências e as unidades de ensino, envolve a guarda e responsabilidade sobre crianças e adolescentes, público especialmente protegido pela Constituição Federal (art. 227), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e por normas de segurança no transporte de passageiros.

A experiência da Administração e relatos de diversas secretarias municipais e estaduais de educação indicam a ocorrência de situações de risco durante o transporte escolar, tais como:

- Conflitos ou condutas inadequadas entre passageiros;
- Atos de indisciplina que possam comprometer a segurança do motorista e dos estudantes;
- Necessidade de apuração de denúncias de mau comportamento ou de supostos abusos;
- Dificuldade na obtenção de provas e registros confiáveis para responsabilização em caso de incidentes.

A ausência de um mecanismo eficiente de registro e acompanhamento das viagens dificulta a fiscalização, prejudica a tomada de decisões rápidas e reduz a segurança do serviço. Portanto, A instalação de **sistema de monitoramento por vídeo interno com acesso remoto via web** nos veículos destinados ao transporte escolar é medida que:

- **Previne incidentes** ao inibir condutas inadequadas;
- **Aumenta a segurança** física e psicológica dos estudantes;
- **Permite fiscalização em tempo real** pela Administração, com registros auditáveis;
- **Facilita a apuração de ocorrências**, garantindo material comprobatório;
- **Atende princípios da eficiência e da segurança**, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Sendo assim, o monitoramento por vídeo interno com acesso remoto via web configura-se como solução tecnicamente adequada e proporcional para o controle, a fiscalização e a segurança no transporte escolar, sendo plenamente justificável sua inclusão como requisito obrigatório no Termo de Referência e no contrato a ser celebrado, garantindo maior proteção aos usuários e possibilitando resposta mais célere a eventuais incidentes.

Ainda, nesse sentido o transporte escolar envolve a locomoção diária de estudantes, em sua maioria crianças e adolescentes, entre suas residências e as instituições de ensino. Trata-se de um serviço essencial que exige **pontualidade, segurança e confiabilidade**, bem como controle rigoroso das rotas e horários.

A ausência de um sistema de rastreamento em tempo real dificulta:

- A fiscalização do cumprimento das rotas contratadas;
- O controle de horários de embarque e desembarque;
- A verificação de desvios de trajeto ou paradas não autorizadas;
- A resposta rápida a incidentes, como acidentes, panes ou emergências médicas.

Além disso, em ocorrências de reclamações por atrasos, desvios ou comportamentos inadequados, a Administração enfrenta dificuldades para apurar fatos e comprovar responsabilidades de forma objetiva.

A instalação de sistema de **monitoramento por GPS** em todos os veículos utilizados no transporte escolar permitirá:

- **Acompanhamento em tempo real** da localização de cada veículo pela equipe de fiscalização;
- **Controle e registro histórico** de rotas, velocidades e horários, possibilitando auditoria e análise de desempenho;
- **Resposta imediata** em casos de emergência, permitindo acionar rapidamente socorro ou substituição de veículos;
- **Transparência e segurança** no serviço prestado, reforçando a confiança de pais, responsáveis e comunidade escolar;
- **Integração com o sistema de gestão do transporte escolar**, quando existente, para otimizar planejamento e operação.

O monitoramento por GPS é uma ferramenta tecnológica de **baixa complexidade de implementação e alto impacto positivo** na qualidade e segurança do transporte escolar. Proporciona maior controle operacional, otimiza a gestão das rotas, facilita a fiscalização e reduz riscos, garantindo atendimento mais seguro e confiável aos estudantes. Por essas razões, justifica-se plenamente a sua exigência como requisito obrigatório no Termo de Referência e no contrato a ser firmado.

Buscando que o serviço de transporte escolar envolve a gestão diária de rotas, frota, motoristas, monitores, atendimento a usuários e resposta a situações emergenciais e por tratar-se de atividade contínua e essencial, especialmente voltada a crianças e adolescentes, cuja segurança e pontualidade devem ser preservadas a exigência de que

a empresa contratada instale e mantenha **escritório administrativo local** no município ou região de atendimento, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da assinatura do contrato, tem como fundamento:

- **Agilidade na comunicação** entre a Administração e a contratada para resolução de demandas operacionais, emergenciais ou administrativas;
- **Facilidade na fiscalização contratual**, permitindo inspeções, reuniões e entrega de documentos de forma presencial;
- **Atendimento imediato a ocorrências**, como substituição de veículos, atendimento a acidentes, condução de alunos, ajustes em rotas e horários;
- **Ponto físico para atendimento ao público** (pais, responsáveis e comunidade escolar), garantindo maior transparência e acessibilidade;
- **Armazenamento e gestão de documentos**, registros de manutenção e controle de escala de motoristas e monitores;
- **Base operacional para coordenação da frota**, escalas, treinamentos e apoio logístico aos condutores.

A instalação de escritório local é compatível com os princípios e dispositivos previstos em:

- **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações) – art. 6º, inciso XXII, e art. 40, § 2º, inciso I, que permitem especificações técnicas e operacionais vinculadas à adequada prestação do serviço;
- **Princípio da Eficiência** (art. 37 da CF) – prestação do serviço de forma mais célere e efetiva;
- **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069/1990) – proteção integral e prioridade absoluta no atendimento.

O prazo de **30 (trinta) dias** é razoável e proporcional para:

- Locação ou adaptação de imóvel;
- Contratação de equipe administrativa local;
- Instalação de mobiliário, sistemas de comunicação e demais equipamentos;
- Integração operacional com a frota e demais setores da contratada.

Sendo assin, a exigência de escritório local assegura maior eficiência, fiscalização e qualidade no serviço de transporte escolar, proporcionando resposta rápida a emergências, atendimento presencial a pais e comunidade escolar e integração direta com a fiscalização da Administração. Por tais razões, justifica-se plenamente a obrigatoriedade de sua instalação pela contratada no prazo máximo de 30 dias, a contar da assinatura do contrato.

O ciclo de vida do presente objeto deste Termo será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso a administração entenda pela vantajosidade do projeto.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para mensuração do quantitativo a ser adquirido foi levado em consideração a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, em base do planejamento para realização o quantitativo dos alunos, considerando como ponto de partida a saída da sede da SME, fazendo o traslado aluno-casa-escola/escola-casa, conforme localidade de residência, perfazendo o quantitativo de km rodado abaixo.



Linha	Trajeto	Escolas	KM/Dia
Brilhante	Brilhante I, Zinho	EB Martinho Gervási	280
Brilhante Ajuda	Limoeiro, Estivado, Brilhante I	EB Martinho Gervasi/EEB Carlos Fantini	155
Brilhante II	Brilhante II	EB Martinho Gervasi / Monsenhor Vendelino	200
Brilhante III Vesp. /Noturno	Brilhante I e II, Estivado e Limoeiro	EB Martinho Gervasi / EEF Carlos Fantini	250
Itaipava I	Morro do Bruno (Rua Antônio Custódio), Morro Rua Paulo Demarch, Morro Canil, Av. Itaipava	EEB Monsenhor Vendelino, Francisco Celso Mafra, Judith Duarte, Inês Cristofolini	135
Itaipava II	Itaipava, Baia, KM 12	Escola de Campo Maria do Carmo Vieira	135
Itaipava III	Av. Itaipava, Antônio Heil e KM12	EB Judith, Francisco Celso Mafra, Escola de Campo, Monsenhor Vendelino, Inês Cristofolini	123
Itaipava IV	Rodovia Antônio Heil, Baia	Escola de Campo	130
Itaipava VI	Av. Itaipava, Tabuleiro, Km 12, entrada da Paciência	Escola de Campo	140
Baia	Baia, km 12, tabuleiro, Itaipava	Francisco Celso Mafra, Judith Duarte, Inês Cristofolini, Maria Dutra Gomes, Parque Dom Bosco	140
Paciência	Paciência, Arraial dos Cunha	Escola de Campo Maria do Carmo Vieira	170
Paciência II	Paciência, Arraial dos Cunha	EI Maria Perpétua, Francisco Celso Mafra, Judith, Inês Cristofolini, Monsenhor	180
Canhanduba	BR 101, Canhanduba	EB Padre José de Anchieta	140
Canhanduba Ajuda (intermediário i fim de tarde)	Canhanduba e Rio do Meio, Brilhante	Escolas Estaduais Nilton Kucker, Francisco de Paula Seara, Monsenhor	100
Rio do Meio / Canhanduba	Rio do Meio, São Pedro, Canhanduba	EB Padre José de Anchieta, Inês Cristofolini, Nilton Kucker, Francisco de Paula Seara	210
Campeche I	Laranjeiras, Campeche	EI Duque de Caxias	220



Campeche II	Campeche	EEB Monsenhor Vendelino, EB Francisco Celso Mafra, Judith, Inês Cristofoline	230
Campeche III Intermediário/Vesp.	Laranjeiras, Campeche	EB Judith / Francisco Celso Mafra	140
Extra Projetos	Itajaí (Patinação, SESC, JORME, Cultura e Travessura, Meio Ambiente)	Escolas Municipais que participam dos projetos	150
Total KM/Dia			3.228

LINHA	TRAJETO	ESCOLAS	km/DIA
Murta CEDIN	Murta, Jardim Esperança, Cordeiros	Hulse Peixoto, Melvin/Baron/CEC/ CEDIN Jacy Dias	60
Murta Cordeiros	Coreto, Murta- Rua da Floricultura	Hulse Peixoto/Melvin/Baron/CEC	60
Murta GDC	Vila da Miséria e coreto	Hulse Peixoto/Melvin/Baron	60
Fazenda/Praia Brava	Fazenda/Praia Brava	Ariribá /CEI Mario Pedro Ferreira	115
Praia Brava	Fazenda/Fazendinha/Praia Brava	EB Yolanda/CEI Mariana Graciola /Gaspar da Costa Moraes	120
Salseiros I	Rua João Vieira Ramos, Rua Cesar Augusto Dalçãoquo, Rua Paulo Cantídio (Santa Regina)	EB Edy Vieira	135
Salseiros II	Rua César Augusto Dalçãoquo (Ingá veiculos até Rua Giusepina Cogo Casini)	Edy Vieira	85
Salseiros III	Jardim Amelia, Santa Regina, Salseiros	Edy Vieira, Rosa Negreiros	115
São Francisco	Lot. São Francisco	Edy Vieira	100
Santa Regina Ajuda	Santa Regina, Volta de Cima	Edy Vieira	95
Santa Regina	Santa Regina	Edy Vieira/Rosa Negreiros	95
Espinheiros	Portal I e II/Espinheiros/Horto	Edy Vieira	115
Salseiros	Rua Cesar Augusto Dalçãoquo	CEC/Melvin/Antonio Ramos	120
CEMESPI	Todos os bairros de Itajaí	Escolas Municipais conforme atendimento CEMESPI	140
Especial I	São Vicente, Cidade Nova, São João, Dom Bosco	Escolas Municipais e Estaduais conforme necessidade Especial do aluno	120



Especial II	Cordeiros, Imarui, Bambuzal, São Vicente, Promorar	Escolas Municipais e Estaduais conforme necessidade Especial do aluno	130
Imaruí	Imaruí, Bambuzal	EB Mansueto Três	80
São Vicente/Gaspar da Costa Moraes	São Vicente, São Judas, Dom Bosco	EB Gaspar da Costa Moraes	135
Total Km /dia			1.880

LINHA	TRAJETO	ESCOLAS	km/DIA
Santa Regina/Volta de Cima	Santa Regina, Rua Bruno Vicente da Luz, Rua Cesar Augusto Dalçóquio	CEC/Melvin/Antônio Ramos	120
Espinheiros/Santa Regina	Espinheiros, Portal I e II, Santa Regina	Mansueto Três	125
São Francisco/Jardim Amélia	Santa Regina(Rua da Antena)São Francisco, Jardim Amélia	CEC/Melvin/Baron	100
Santa Regina/Espinheirinhos	Santa Regina, Volta Cima, Espinheirinhos	João Paulo II	140
Espinheiros / Portal I e II	Rua Firmino Vieira Cordeiro, Portal I	João Paulo II	100
Santa Regina/São Francisco	Santa Regina, São Francisco, Jardim Amélia	João Paulo II	100
Santa Regina/Portal II	Santa Regina /Portal II	João Paulo II	110
Espinheiros	Portal I e II, Horto	Rosa Heleno /Potter/ Thereza Bezerra	100
Espinheiros II	Espinheiros, Santa Regina, Portal I e II	EB Maria José Hulse Peixoto	145
Espinheiros III	Espinheiros Portal II	Rosa Heleno, Potter	105
Espinheiros IV	Espinheiros	Rosa Heleno, Potter, Thereza / CEDIN Jacy Dias	110
Espinheiros V	Portal I e II	Maria Nilza, Thereza Bezerra/ Rosa Negreiros / Edy Vieira	130
Espinheiros VI	Portal I, Santa Regina, São Francisco, Volta de Cima	Thereza Bezerra, Raul Bauer Laus, Rosa Negreiros, Edy Vieira	140
Espinheiros VII	Volta de Cima, Portal I, Espinheiros	Thereza Bezerra / Rosa Heleno	110
Espinheiros VIII	Portal I e II	Raul Bauer Laus / Thereza	130
Espinheiros IX	Espinheiros, Portal I, Santa Regina	Raul Bauer Laus, Thereza Bezerra	105
Espinheiros X	Espinheirinhos, Santa Regina	Thereza Bezerra	110



Espinheiros XI	Portal I e II	EB José Fernandes Potter/Rosa Heleno	110
Santa Regina	Santa Regina	Rosa Heleno/Potter	100
Santa Regina I	Santa Regina, Portal II	EB Thereza Bezerra	90
Santa Regina II	Jardim Amélia, São Francisco	EB Thereza Bezerra	135
Santa Regina III	Santa Regina, Portal II	CEC, EB Melvin, EB Antônio Ramos	125
Santa Regina IV	São Francisco / Jardim Amélia	Rosa Heleno / Potter	100
Santa Regina V	Espinheiros, Portal II, Santa Regina, São Francisco	EB Maria Nilza / Rosa Negreiros/ Potter / Thereza	100
Santa Regina VI	Espinheiros, Santa Regina	EB Maria Nilza, Cedin Jacy Dias Ramos	120
Santa Regina VII	Santa Regina	EB Thereza Bezerra	105
Santa Regina VIII	Espinheirinhos, Santa Regina, Volta de Cima	Rosa Negreiros, Thereza Bezerra, Potter	90
Santa Regina IX	Santa Regina, Volta de Cima	Rosa Negreiros, Rosa Heleno, Parque Dom Bosco	127
Santa Regina X	Espinheirinhos, Santa Regina, Volta de Cima	Potter, Raul Bauer Laus, Rosa Heleno, Potter	135
Santa Regina XI	Santa Regina Volta de Cima	Maria Nilza, Clarindo Sebastião da Cunha, Rosa Negreiros	150
Santa Regina XII	Santa Regina (Rua da Antena), São Francisco	Rosa Heleno, Potter	130
Santa Regina XIII	Santa Regina	Maria Nilza, Potter, Thereza	120
Santa Regina XIV	Santa Regina, São Francisco, Espineirinhos	Maria Nilza, Clarindo, Rosa Negreiros	130
Santa Regina XV	Santa Regina	Rosa Heleno	95
Santa Regina XVI	Jardim Amélia, Santa Regina	Rosa Heleno, Potter	100
Santa Regina XVII	Jardim Amélia, Santa Regina	Thereza Bezerra	100
Santa Regina XVIII	Jardim Amélia, Santa Regina	Maria Nilza, Clarindo Sebastião da Cunha	120
São Roque/Colônia Japonesa	Rua José Natal Cugik, Rua Domingos Rampelotti	João Paulo II	140
São Roque	Rua Domingos Rampelotti, Rua Firmino Vieira Cordeiro	CEI Henrique Marques, El Jorge Domingues, Potter, Rosa Heleno	150

Colônia Japonesa	Rua José Natal Cugik, Rua Domingos Rampelotti, Rua Vicente Candido Pereira	El Jorge Domingues, CEI Henrique Marques, Potter, Rosa Heleno	135
		Total Km/dia	4.687

Atualmente, a Rede Municipal de Itajaí conta com 5 ônibus próprios e 2 microônibus. Além disso, o serviço de transporte é prestado por duas empresas nos contratos 317/2021 (MELISSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA), com vigência até 21 de novembro de 2025 e 325/2021 (TEFTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA), com vigência até 29 de novembro de 2025, ambos provenientes do processo de licitação Pregão Eletrônico nº 248/2022, totalizando atualmente uma frota de 55 ônibus escolares.

Ocorre que nos últimos anos a população dos bairros mais afastados como Espinheiros, Itaipava, Limoeiro, São Roque entre outros tem crescido de forma exponencial, devido a falta de vagas e escolas suficientes para atender esta demanda crescente foi necessário a realização da contratação da empresa NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA, através do processo de licitação Pregão Eletrônico 105/2024, o qual deu origem a ATA de REGISTRO DE PREÇOS nº 118/2024, com vigência até 28 de agosto de 2025, acrescentando ao respectivo serviço 15 ônibus, totalizando, portanto, 70 veículos à disposição da Secretaria de Educação.

Sendo assim, se faz necessário o quantitativo de monitoras equivalente as rotas necessárias na proporção de 70 postos de trabalho.

Quanto ao atendimento aos colaboradores a demanda foi estimada com base no número de alunos que necessitam de transporte escolar, considerando a atual estrutura disponível e a necessidade emergencial de garantir o acesso dos alunos às unidades escolares, conforme quantitativos e rotas demonstrados abaixo.

	Veículo	TRAJETO	ESCOLAS	km/ DIA
1.	Micro-ônibus – 32 lugares (Professores)	Fazenda, São João, Cordeiros, São Vicente, Itaipava, Campeche, Canhanduba, Limoeiro e Brilhante	Martinho Gervasi, Duque de Caxias, EC Maria do Carmo, EB Pe José de Anchieta	300
2.	Van – 18 lugares (Professores)	Fazenda, São João, São Judas, Cordeiros, São Vicente, Itaipava, Campeche, Canhanduba, Limoeiro e Brilhante	Martinho Gervasi, Duque de Caxias, EC Maria do Carmo, EB Pe José de Anchieta	350
3.	Van – 18 lugares (Agentes)	Fazenda, Praia Brava, São João, São Judas, Cordeiros, São Vicente, Itaipava, Campeche, Limoeiro, Canhanduba e Brilhante	CEIs Antonio Merlo, Katiuscia, Antonio Nicoletti, Nilton de Andrade, Luis Silverio, Graziela Vieira	350

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Visto que esta secretaria não possui o quantitativo de material humano e operacional e condições adequadas para oferecer os serviços necessários, justifica-se esta contratação sendo que visando atender a demanda específica, buscou-se após levantamento de mercado através de pesquisas em contratações similares de outros entes públicos, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam proporcionar melhor atendimento às necessidades da Administração.

1. Aquisição de Veículos e Mão de Obra fornecida pela própria Administração
 - 1.1 Vantagens
 - 1.1.1 Controle direto sobre os veículos, motoristas e monitores escolares
 - 1.1.2 Maior flexibilidade para ajustar rotas e horários
 - 1.1.3 Possibilidade de Personalização dos veículos de acordo com necessidades específicas escolares
 - 1.2 Desvantagens
 - 1.2.1 Alto investimento para aquisição dos bens
 - 1.2.2 Custos adicionais com manutenção, seguro, combustível, etc.
 - 1.2.3 Responsabilidade integral pela contratação, treinamento, supervisão dos servidores
 - 1.2.4 Aumento significativo na folha de pagamento da Secretaria de Educação
2. Aquisição de Veículos e Mão de Obra Terceirizada
 - 2.1 Vantagens
 - 2.1.1 Controle sobre os veículos, enquanto a responsabilidade pela gestão dos motoristas e monitores é transferida para a empresa terceirizada.
 - 2.1.2 Possibilidade de reduzir custos com pessoal e treinamento
 - 2.2 Desvantagens
 - 2.2.1 Menor controle sobre a qualidade e desempenho dos motoristas e monitores escolares.
 - 2.2.2 Dependência da empresa terceirizada para garantir a pontualidade e segurança do serviço.
 - 2.2.3 Risco de conflitos e interesse entre a escola e a empresa terceirizada.
3. Locação de Veículos e Mão de Obra fornecida pela Própria Administração
 - 3.1 Vantagens
 - 3.1.1 Menor investimento inicial, já que não é necessário adquirir os veículos.



- 3.1.2 Controle direto sobre os servidores e a gestão do serviço.
- 3.2 Desvantagens
 - 3.2.1 Custos contínuos de aluguel podem ser mais altos ao longo do tempo.
 - 3.2.2 Limitações relacionadas a disponibilidade de veículos para locação.
 - 3.2.3 Responsabilidade integral sobre a contratação, treinamento e supervisão dos servidores.

4. Locação de Veículos e Mão de Obra Terceirizada

4.1 Vantagens

- 4.1.1 Menor investimento inicial e custos fixos previsíveis.
- 4.1.2 Responsabilidade sobre a gestão de gestão da mão de obra é transferida pra empresa locadora.
- 4.1.3 Flexibilidade para ajustar a frota de acordo com a demanda

4.2 Desvantagens

- 4.2.1 Menor controle sobre a qualidade dos motoristas, monitores e veículos.
- 4.2.2 Dependência da empresa locadora para garantir a disponibilidade e a manutenção dos veículos.
- 4.2.3 Risco de custos adicionais caso a demanda exceda a capacidade de frota locada.

5. Contratação de Veículos e Mão de Obra Terceirizada

5.1 Vantagens

- 5.1.1 Menor responsabilidade administrativa, já que a empresa terceirizada é responsável pela gestão completa do serviço.
- 5.1.2 Flexibilidade para ajustar a frota e a equipe conforme necessário.

5.2 Desvantagens

- 5.2.1 Menor controle sobre a qualidade e pontualidade do serviço.
- 5.2.2 Custos podem ser mais elevados devido as taxas de serviço da empresa terceirizada.
- 5.2.3 Risco de conflitos de interesse ou falta de alinhamento entre a administração pública e a empresa terceirizada.

Contudo, da análise dos métodos identificados opta-se pela Contratação de Empresa Terceirizada para Locação de Veículos e Fornecimento de Mão de Obra específica, por ser a solução que melhor atende as necessidades desta Secretaria, considerando a realidade atual do Município.

Com relação a unidade de medida, de acordo com levantamento feito pelo FNDE, em apostila sobre Transporte escolar, verificou-se, a partir de amostra de mais de 2.200 municípios, que os regimes de execução do Transporte Escolar mais comuns são:

- A. Valor por aluno;
- B. Valor por milha nautical;
- C. Valor por rota/linha;
- D. Valor por dia;

- E. Valor por hora;
- F. Valor por quilômetro transportando alunos;
- G. Valor por quilômetro rodado, e,
- H. Valor por mês.

A apostila apresenta ainda as desvantagens em relação a cada tipo de regime de execução.

1. Valor por Aluno
 - O poder público tem dificuldade no controle da quantidade de alunos transportados.
 - Redução do pagamento do serviço quando diminui a quantidade de alunos transportados.
 - O operador exclui o alunos residentes em localidades distantes com intuito de reduzir o custo da operação (diminuindo a quilometragem percorrida)
 - Pode ocorrer do operador não ir até a residência do aluno e alegar que o mesmo está faltando a escola.
2. Valor por KM rodado
 - Dificuldade de controle da quilometragem rodada, necessita-se de equipamentos e presença de fiscais.
 - Possível adulterações, caso os valores da quilometragem sejam fornecidos pelos motoristas.
 - Utilização de caminhos mais longos, alegando mudanças dos alunos, principalmente em regiões de assentamentos
 - O processo de validação de números fornecidos pelos operadores provocam atrasos no pagamento destes.
 - Em épocas de chuva o custo de alteração das rotas é crescente para o ente público.
 - O custo de inclusão de veículos não é muitas vezes assumido pelos operadores, o que, em vistas da elevada demanda de estudantes.
3. Valor por KM transportando Aluno
 - Não considera e nem remunera a quilometragem morta (trecho entre a garagem e o início da linha)
 - O pagamento por quilometro rodado pode levar o operador a colocar suas garagens em pontos mais remotos do município
 - Complexidade em definir os trechos em que não estão sendo transportados alunos.
4. Valor Fixo Mensal
 - O operador pode optar por um redução na quantidade de alunos transportados e quilometragem percorrida, sem reduções nos valores fixos mensais recebidos.

De acordo com o levantamento, a opção mais utilizada de execução de serviço é o valor por quilômetro rodado, por cerca de 36% dos municípios.

Na presente contratação será utilizado o tipo de execução por “quilômetro rodado”, pois a Administração já possui conhecimento da distância das rotas, o que reduz ou

inviabiliza o risco de superfaturamento por parte da Contratada, também porque sempre que é aumentada a rota, pelo fato de alunos novos, é feita a medição juntamente com o transportador.

Além disso, essa forma de contratação flexibiliza a inserção ou retirada de novos trechos quando necessário.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

De acordo com pesquisas de preços realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, o preço estimado para a contratação pretendida é de **R\$ 26.023.720,80 (vinte e seis milhões vinte e três mil setecentos e vinte reais e oitenta centavos)**, conforme documentos anexos.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da necessidade apresentada e das soluções disponíveis no mercado, a equipe de planejamento entende como mais viável a contratação de empresa mediante Pregão Eletrônico para a prestação de serviços de transporte com motorista e monitor escolar, devendo a unidade de medida ser utilizada a quilometragem rodada, no quantitativo de 9.795 km rodados por dia.

Tal escolha se dá pelas seguintes razões:

- a) Necessidade urgente da prestação do serviço;
- b) Quantitativo insuficiente dos contratos atuais;
- c) Indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro funcional, bem como dos veículos indispensáveis para execução dos serviços;
- d) O serviço será exercido por empresa especializada, devidamente habilitado e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;
- e) Essa contratação utiliza rotinas e define perfil de mão de obra que possibilitam maior eficiência no desenvolvimento de ações preventivas;
- f) Atendimento a Decisão Judicial

Além disso, haverá economicidade para a administração, pois a contratação não implicará em custos elevados com aquisição dos veículos utilizados, bem como com o fornecimento da mão-de-obra pela contratada, o município de Itajaí evita o custo e o tempo envolvido com o treinamento e administração de mão de obra, maximizando assim o aproveitamento dos recursos públicos.

O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme a utilização realizada permitindo, ou seja, pelo KM rodado permitindo que o órgão público planeje com antecedência os gastos com transporte escolar.

O transporte escolar pode ter demandas variáveis ao longo do ano letivo, como períodos de férias, feriados e eventos escolares. Com a presente contratação, o órgão contratante pode ajustar a quantidade de serviços contratados conforme a necessidade, dentro dos limites estabelecidos na legislação facilitando o controle interno e externo sobre as contratações realizadas pelo órgão público, garantindo conformidade com as normas e regulamentos vigentes.

Em resumo, a escolha da modalidade para a contratação de empresa terceirizada de transporte escolar é uma estratégia que visa otimizar a gestão pública, garantir eficiência operacional, economia de recursos e qualidade na prestação de serviços essenciais para a comunidade escolar.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Nos termos do art. 23, § 1º, da **Lei nº 14.133/2021**, o parcelamento do objeto deve ser avaliado de modo a ampliar a competitividade, desde que técnica e economicamente viável. No presente caso, a divisão do objeto em parcelas distintas (por exemplo, separando a prestação do transporte, a disponibilização de motoristas e a disponibilização de monitores) **não se mostra adequada**, considerando que:

- O serviço de transporte escolar **é de natureza integrada**, exigindo a execução coordenada e simultânea das atividades de condução, acompanhamento de alunos, operação da frota e gestão das rotas;
- A separação em lotes ou itens distintos **geraria sobreposição de responsabilidades**, dificultando a fiscalização e a aplicação de penalidades, uma vez que eventuais falhas poderiam resultar em conflito de atribuições entre contratados distintos;
- A fragmentação poderia **comprometer a segurança e a regularidade do serviço**, pois motoristas e monitores precisam atuar de forma coordenada, muitas vezes treinados juntos, conhecendo rotas, alunos e procedimentos de embarque/desembarque;
- A integração operacional entre motorista, monitor e veículo **é essencial para resposta rápida** a emergências e para o atendimento adequado às necessidades específicas de crianças e adolescentes;
- A contratação unificada possibilita **otimização de custos administrativos**, reduzindo despesas com gestão de múltiplos contratos, ordens de serviço, medições e pagamentos.

O não parcelamento é justificado com base no art. 40, inciso I, e no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que permitem a contratação do objeto de forma global quando o parcelamento for **inviável técnica ou economicamente**, ou quando puder prejudicar a execução do conjunto do objeto.

Diante da natureza integrada do serviço de transporte escolar, que exige a atuação simultânea e coordenada de motorista e monitor, sob a gestão de um único responsável, o parcelamento do objeto se mostra **incompatível com a boa execução contratual**, podendo comprometer a segurança, a eficiência e a economicidade do serviço. Assim, justifica-se a contratação **em lote único**, abrangendo todos os elementos necessários à plena execução do transporte escolar.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para

a perfeita execução do objeto, uma vez que a referida contratação busca a aglutinação dos contratos vigentes e atendimento das necessidades desta e todos os meios necessários para a execução dos serviços podem ser supridos com a contratação ora proposta.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Assegurar de acordo com a Constituição Federal ao aluno da escola pública, o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. Em seu art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ...VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básicas, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte...”;

A educação, consagrada como direito fundamental deve ser voltada para o pleno desenvolvimento da pessoa, tornando-a habilitada para a prática da cidadania e para o trabalho.

Reforçando as disposições contidas em nossa Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, preconiza:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único.

A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Vale referir que o inciso VI, introduzido no art. 11 da LDB, pela Lei Federal nº 10.709/2003, não deixa margens a dúvidas quanto a responsabilidade do Município no transporte escolar, qual seja, de transportar os alunos matriculados em sua rede de ensino, isto é, nas escolas Municipais. Dessa forma, fica configurado que o Município possui responsabilidade em relação aos alunos matriculados em sua rede de ensino. Considerando que sabe-se que o contexto social brasileiro é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidades ao exercício de muitos direitos fundamentais do cidadão. Essa realidade, por vezes, é tão forte que a simples disponibilização do ensino público e gratuito não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola.

Sendo necessário, a contratação de transporte escolar por quilômetro (km), para garantir o acesso e a permanência dos alunos no Ensino Médio Regular e no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Estadual de Ensino, garantindo a frequência diária desses alunos.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para garantir que a contratação do serviço de transporte escolar com fornecimento de mão de obra de motorista e monitor seja realizada de forma eficiente, segura e conforme a legislação vigente, a Administração deverá adotar, previamente à assinatura do contrato, as seguintes providências:

1. Definição e formalização das rotas escolares

- Elaborar levantamento atualizado das rotas, pontos de embarque e desembarque, quilometragem e tempo médio de percurso;
- Identificar a demanda de alunos por rota, considerando eventuais necessidades especiais de transporte.

2. Especificação técnica detalhada

- Determinar, no Termo de Referência, as características mínimas dos veículos (capacidade, idade máxima, equipamentos obrigatórios, acessibilidade, etc.);
- Incluir requisitos obrigatórios de segurança, como monitoramento por GPS, monitoramento por vídeo interno e cintos de segurança para todos os assentos.

3. Planejamento orçamentário e financeiro

- Garantir a previsão orçamentária para todo o período contratual, com base em estimativa realista de custos;
- Reservar recursos para fiscalizações, auditorias e eventuais aditivos contratuais.

4. Designação da equipe de fiscalização

- Nomear formalmente os fiscais do contrato (técnico e administrativo), capacitando-os para acompanhar a execução;
- Definir rotinas de fiscalização, registro de ocorrências e comunicação com a contratada.

5. Análise jurídica e de conformidade

- Submeter o Termo de Referência, o edital e a minuta contratual à análise jurídica, garantindo conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, o **ECA** e as resoluções do **CONTRAN**;
- Verificar se todas as exigências legais e técnicas estão devidamente fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar.

6. Abertura de canais de comunicação com a comunidade escolar

- Disponibilizar meios para recebimento de reclamações, sugestões e ocorrências por parte de pais, responsáveis e direção escolar;
- Planejar a integração dessas informações com o sistema de fiscalização do contrato.

7. Vistoria inicial e validação de frota

- Realizar vistoria prévia dos veículos indicados pela contratada antes do início da operação;
- Conferir documentação obrigatória (licenciamento, seguro, autorização de transporte escolar, certidões dos motoristas e monitores).

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O transporte escolar, como qualquer forma de transporte rodoviário, tem impactos

ambientais consideráveis, que se traduzem em emissões de gases de efeito estufa, poluição do ar e consumo de recursos naturais. Esses impactos podem ser agravados pela utilização de veículos antigos, pela falta de manutenção adequada e pelo descarte incorreto de resíduos.

A empresa deverá adotar medidas para diminuir possíveis impactos ambientais em obediência ao disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública, apresentamos abaixo a relação de práticas de sustentabilidade que deverão ser seguidas pela futura empresa contratada:

- Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA Nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata.
- Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA Nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata.
- Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM Nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade.
- Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto Nº 2.830-R de 19/08/2011.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Juliana Beppler Matrícula: 2699901 Itajaí/SC, agosto 2025.	<hr/> Grazielle Karen Vieira Nunes Matrícula: 1360820 Itajaí/SC, agosto 2025.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> Valdenize Vinotti Matrícula: 1678006 Itajaí/SC, agosto 2025.	<hr/> Junior Rodrigues de Souza Matrícula: 206252 Itajaí/SC, agosto 2025.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua

conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e Assinado Digitalmente
Itajaí/SC, agosto 2025.

Prof. Dr. Silvano Pedro Amaro
Secretário Municipal de Educação